

Ijuí Energia S.A.

Demonstrações Contábeis
31 de Dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Ijuí Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

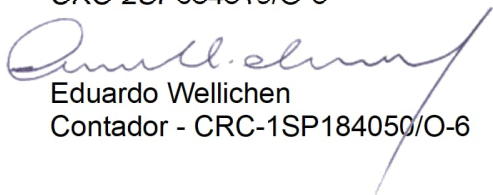
Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Ijuí Energia S.A.
Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
		63.741	71.177
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.019	30.700
Investimentos de curto prazo	5	51.909	30.556
Contas a receber de clientes	7	8.711	9.154
Despesas pagas antecipadamente		455	390
Adiantamento a fornecedores		600	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	-	16
Outros ativos		47	361
Não circulante			
		391.353	388.972
Títulos e valores mobiliários	6	6.525	6.175
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	5.618	5.618
Depósitos judiciais	9	4.598	4.589
Outros ativos		349	385
Imobilizado	10	359.830	370.975
Intangível	11	14.433	1.230
Total do ativo		455.094	460.149
Passivo			
Circulante			
		30.558	36.371
Fornecedores	12	1.663	1.963
Empréstimos e financiamentos	13	15.145	15.167
Arrendamentos	17.1	74	57
Salários e férias a pagar		537	598
Tributos e contribuições sociais a recolher	14	1.993	1.933
Dividendos declarados	17.1	9.041	10.245
Uso do bem público	11	329	329
Provisões para gastos ambientais	15	683	706
Provisão para contingências		241	4.169
Encargos setoriais		851	1.197
Outros passivos		1	7
Não circulante			
		78.201	88.067
Empréstimos e financiamentos	13	70.469	85.304
Arrendamentos	17.1	634	165
Uso do bem público	11	2.929	2.570
Provisões para contingências	16	4.169	28
Patrimônio líquido			
	18	346.335	335.711
Capital social		298.936	298.936
Reservas de lucros		47.399	36.775
Total do passivo e do patrimônio líquido		455.094	460.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	68.793	61.585
Custos operacionais			
Custos dos serviços prestados		(14.087)	(11.862)
Compra de energia elétrica		(6.271)	(4.481)
Recuperação de custo - Extensão da concessão		13.093	-
Depreciação e amortização		(12.367)	(12.285)
Utilização do bem público - UBP		(63)	(67)
	20	(19.695)	(28.695)
Lucro bruto		49.098	32.890
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(1.218)	(857)
Depreciação e amortização		(154)	(89)
Pessoal		(1.309)	(1.440)
Honorários da diretoria e conselho de administração	17.3	(83)	(57)
	20	(2.764)	(2.214)
Lucro antes do resultado financeiro		46.334	30.676
Despesas financeiras	21	(7.832)	(8.461)
Receitas financeiras	21	2.704	1.276
		(5.128)	(7.185)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		41.206	23.491
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(3.139)	(2.557)
Lucro líquido do exercício		38.067	20.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	38.067	20.934
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	38.067	20.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	298.936	2.411	18.401	-	319.748
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.934	20.934
Reserva Legal	-	1.047	-	(1.047)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.971)	(4.971)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.916	(14.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.936	3.458	33.317	-	335.711
Dividendos adicionais propostos	-	-	(18.402)	-	(18.402)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.067	38.067
Reserva Legal	-	1.903	-	(1.903)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.041)	(9.041)
Transferência para reserva de lucros	-	-	27.123	(27.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.936	5.361	42.038	-	346.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ijuí Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		41.206	23.491
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11	12.584	12.441
Repactuação do risco hidrológico		-	979
Encargos de dívidas	13.b	7.218	7.958
Atualização monetária - uso do bem público		474	210
Encargos de dívidas arrendamentos		43	23
Provisão e estorno contingências		213	(67)
Extensão da concessão	11	(13.093)	-
Receita de aplicações financeiras		(2.645)	(446)
Descontos financeiros obtidos		(3)	(1)
Baixa de ativos	11	16	-
		46.013	44.588
Redução no ativo			
Contas a receber de clientes		443	932
Tributos e contribuições sociais a compensar		16	-
Depositos judiciais		-	(264)
Despesas pagas antecipadamente		(65)	-
Outros ativos circulantes e não circulante		(973)	(32)
		(579)	636
Redução (aumento) no passivo			
Fornecedores		(304)	1.181
Provisão para contingências		241	-
Encargos setoriais		(346)	(655)
Salários, férias e encargos sociais		(61)	(23)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(60)	(326)
Provisões para gastos ambientais		(23)	(19)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(36)	(131)
		(589)	27
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro			
		(2.623)	(2.138)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		42.222	43.113
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		34	1.167
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(123)	(102)
Resgates em investimento de curto prazo		53.033	105
Aplicações em investimento de curto prazo		(72.002)	(22.125)
Adições no imobilizado	10	(658)	(8.173)
Adições no intangível	11	(285)	(2)
		(20.001)	(29.130)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de dividendos		(28.647)	-
Amortização de principal arrendamentos		(137)	(74)
Amortização de juros de arrendamentos		(43)	(23)
Amortização de principal do financiamento	13.b	(14.835)	(4.020)
Amortização de juros do financiamento	13.b	(7.240)	(6.906)
		(50.902)	(11.023)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		(28.681)	2.960
Demonstração do Redução (aumento) líquido no caixa e equivalente de caixa			
Saldo no início do exercício	4	30.700	27.740
Saldo no final do exercício	4	2.019	30.700
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		(28.681)	2.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Ijuí Energia S/A (“Companhia” ou “Ijuí”) é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia - na cidade de São Paulo - SP, e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões no Rio Grande do Sul, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

Impactos do COVID 19

Desde o início da pandemia e até o momento a Administração da Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 24 de fevereiro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis dos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Nota 17 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1 Instrumentos financeiros - Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1 Instrumentos financeiros - Continuação

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3 Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável - Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação - continuação

Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (06 de novembro de 2009), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Extensão da concessão: em novembro de 2021 a Companhia realizou o reconhecimento da extensão da concessão, conforme descrito na Nota explicativa nº 9, o prazo de concessão passou a ser fevereiro de 2046.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 30,4 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 253,21 MW/h (R\$ 241,14 MW/h em 2020), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazos são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

3.12 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	3	24
Aplicações financeiras automáticas	20 % do CDI	2.012	1.972
Certificados de depósitos bancários	92,11 % do CDI	-	28.700
		2.019	30.700

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	Re mune ração	31/12/2021	31/12/2020
<u>Investimentos de curto prazo</u>			
Fundo de Investimento - FI Energia	98,85 % do CDI	8.733	8.417
Fundo de Investimento - STA Energia	100,60 % do CDI	43.176	22.139
		51.909	30.556

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo Exclusivo FI – Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Re mune ração	31/12/2021	31/12/2020
BNDDES	96,16 % do CDI	6.525	6.175

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	8.050	7.469
Suprimento de energia elétrica - CCEE	661	1.685
	8.711	9.154

Os montantes de suprimento de energia elétrica são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Suprimento de energia elétrica - CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Tributos e contribuições sociais a compensar

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Outros	-	16
Ativo não circulante		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.187	3.187
Programa de Integração Social - PIS	439	439
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.992	1.992
	5.618	5.618

9 Depósitos judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Natureza dos depósitos judiciais		
Trabalhistas	10	10
Cíveis	4.588	4.579
	4.598	4.589

10 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Outros*	31/12/2021
Em serviço					
Terrenos	-	28.844	-	-	28.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	201.121	310	-	201.431
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	19%	35.351	-	-	35.351
Máquinas e Equipamentos	5%	220.508	346	-	220.854
Veículos	12%	82	-	-	82
Móveis e Utensílios	6%	77	2	-	79
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	371	-	622	993
Em curso		4.268	-	-	4.268
Total do custo do imobilizado		490.622	658	622	491.902
Depreciação					
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(44.068)	(4.487)	-	(48.555)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(8.792)	(902)	-	(9.694)
Máquinas e Equipamentos		(66.515)	(6.885)	-	(73.400)
Veículos		(71)	(4)	-	(75)
Móveis e Utensílios		(37)	(5)	-	(42)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(164)	(142)	-	(306)
Total da depreciação		(119.647)	(12.425)	-	(132.072)
Total do imobilizado líquido		370.975	(11.767)	622	359.830

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Transferências	Outros	31/12/2020
Em serviço						
Terrenos	-	28.844	-	-	-	28.844
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	199.379	-	1.742	-	201.121
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	10.883	-	24.468	-	35.351
Máquinas e Equipamentos	3%	205.779	268	14.461	-	220.508
Veículos	14%	82	-	-	-	82
Móveis e Utensílios	5%	77	-	-	-	77
Direito de Uso sobre Arrendamento	9%	389	-	-	(18)	371
Em curso		37.025	7.905	(40.662)	-	4.268
Total do custo do imobilizado		482.458	8.173	9	(18)	490.622
De preciação						
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(39.581)	(4.487)	-	-	(44.068)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(7.890)	(902)	-	-	(8.792)
Máquinas e Equipamentos		(59.647)	(6.868)	-	-	(66.515)
Veículos		(61)	(10)	-	-	(71)
Móveis e Utensílios		(32)	(5)	-	-	(37)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(86)	(78)	-	-	(164)
Total da depreciação		(107.297)	(12.350)	-	-	(119.647)
Total do imobilizado líquido		375.161	(4.177)	9	(18)	370.975

10 Imobilizado - Continuação

*O valor na coluna de outros refere-se a remensuração de arrendamentos.

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2021 refere-se a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Em serviço					
Servidão	-	276	-	-	276
Software	20%	238	2	-	240
Uso do bem público - UBP (i)	4%	1.986	225	-	2.211
Extensão da Concessão (ii)	4%	-	13.093	-	13.093
Em curso	-	-	58	(16)	42
Total do custo do intangível		2.500	13.378	(16)	15.862
Amortização					
Software		(122)	(5)	-	(127)
Outros intangíveis		(101)	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP		(1.047)	(64)	-	(1.111)
Extensão da Concessão		-	(90)	-	(90)
Total da amortização		(1.270)	(159)	-	(1.429)
Total do intangível líquido		1.230	13.219	(16)	14.433

	Taxa média anual de amortização	31/12/2019	Adições	Transfêrência do Imobilizado	Baixas	31/12/2020
Em serviço						
Servidão	-	276	-	-	-	276
Software	20%	143	2	93	-	238
Outros intangíveis	6%	102	-	(102)	-	-
Uso do bem público - UBP (i)	3%	1.986	-	-	-	1.986
Total do custo do intangível		2.507	2	(9)	-	2.500
Amortização						
Software		(98)	(24)	-	-	(122)
Outros intangíveis		(101)	-	-	-	(101)
Uso do bem público - UBP		(980)	(67)	-	-	(1.047)
Total da amortização		(1.179)	(91)	-	-	(1.270)
Total do intangível líquido		1.328	(89)	(9)	-	1.230

11 Intangível - Continuação

(i) Uso do bem público

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, ao valor estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao Uso do bem público

	31/12/2019	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2020	Adição	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2021
Passivo circulante	332	-	(325)	322	329	-	-	(340)	340	329
Passivo não circulante	2.682	210	-	(322)	2.570	225	474	-	(340)	2.929
Total	3.014				2.899					3.258

Em relação a obrigação de uso do bem público, conforme estabelecido no contrato de concessão, refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, pelo qual a companhia recolherá as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 40º ano da concessão.

Em 2021 a Companhia reconheceu a extensão da concessão, o prazo de direito de uso de exploração passou a ser fevereiro de 2046, gerando assim um aumento de R\$ 225 no saldo de Uso do Bem Público,

(ii) Extensão da concessão

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

11 Intangível - Continuação

Extensão do prazo de ortoga (dia)	Valor (R\$ mil)
1.648	13.093

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 5 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até fevereiro de 2046.

12 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços	1.084	759
Retenção contratual	293	330
Liquidação negativa CCEE	204	178
Compra de energia	82	696
	1.663	1.963

13 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	15/09/2027	TJLP + 3,17%	310	14.835	15.145	15.167	70.469	85.304

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção da Usina Hidrelétrica São José, assim como a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica São José. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Ijuí Energia S.A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE – Contratos de compra e venda de energia, CCEAR – Contratos de compra de energia no ambiente regulado, e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de fevereiro de 2009 a outubro de 2010. Este contrato de financiamento possuía as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 3,13% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

13 Empréstimos e financiamentos - continuação

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 02 de junho de 2009: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.
3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração da taxa de juros e prazo de vencimento, ou seja, o spread do financiamento passou a ser de 3,17% ao ano, e o vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de outubro de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de setembro de 2027.

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

Índice de capitalização $\geq 25\%$

Índice de cobertura de serviço da dívida $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
Moeda nacional BNDES	103.439	7.958	(6.906)	(4.020)	100.471	7.218	(14.835)	(7.240)	85.614

- (c) As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
14.835	14.835	14.835	14.835	11.129	70.469

14 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	705	675
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	464	390
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	628	624
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	22	12
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	31	93
Outros	143	139
	<u>1.993</u>	<u>1.933</u>

15 Provisões para gastos ambientais

	31/12/2019	Pagamentos	31/12/2020	Pagamentos	31/12/2021
Passivo circulante	725	(19)	706	(23)	683

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

16 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:
- (i) **Demandas cíveis:** atualmente existem dois processos (um em 31 de dezembro de 2020) de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 4.410 (R\$ 4.169 em 31 de dezembro de 2020).

16 Provisões para contingências - Continuação

(ii) Demandas trabalhista: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (um processo trabalhista em 31 de dezembro de 2020 com o valor em risco de R\$ 28).

	31/12/2019	Ingressos	Reversão	31/12/2020	Ingressos	Transferecia	Reversão	31/12/2021
Processos judiciais								
Trabalhista	95	30	(97)	28	-		(28)	-
Cível	-	-	-	-	241	4.169	-	4.410
	95	30	(97)	28	241	4.169	(28)	4.410

(B) Perda possível: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas tributárias: atualmente existem seis processos (os mesmos em 31 de dezembro de 2020) de natureza tributária de valor em risco aproximado em R\$ 443 (R\$ 395 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda.

(ii) Demandas cíveis: atualmente existem seis processos (os mesmos em 31 de dezembro de 2020) de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 999 (R\$ 374 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda.

(iii) Demandas trabalhistas: atualmente existem dois processos (três processos em 31 de dezembro de 2020) de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 810 (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(iv) Demandas arbitrais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).

(v) Demandas ambientais: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).

(vi) Demandas regulatórias: não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).

17 Partes relacionadas

17.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Fundo de investimento - FI Energia (*)		8.733	8.417
Passivo circulante			
Dividendos declarados aos acionistas		9.041	10.245
Prestação de serviços - AF Energia S.A		145	139
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		11	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		74	57
		9.271	10.441
Passivo não circulante			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		634	165

		31/12/2021	31/12/2020
Demonstrações do resultado			
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimento S.A	21	-	(582)
Prestação de serviços - AF Energia S.A.	21	(1.617)	(1.688)
Receita de aplicações financeiras - Fundo de investimento - FI Energia (*)		364	207
		(1.253)	(2.063)

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

(*) A Caixa Econômica Federal é administradora do FI-FGTS, sendo o FI-FGTS acionista da Companhia.

17 Partes relacionadas - Continuação

17.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
11/02/08	Conselho de Administração	Ijuí	Alupar	Financiamento - BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/09/27	168.200	85.614

17.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo (a)	(41)	(24)
Remuneração do conselho	(42)	(33)
Total	(83)	(57)

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 298.936 e está representado por 315.106.452 ações nominativas, sendo 273.064.862 ações ordinárias e 42.041.590 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2021 e 31/12/2020			
	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	273.064.862	100	-	-
Fundo de Investimento - FGTS	-	-	42.041.590	100
Total das ações	273.064.862	100	42.041.590	100

18 Patrimônio líquido - Continuação

18.2 Reserva de lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	38.067	20.934
Reserva legal	(1.903)	(1.047)
Subtotal	36.164	19.887
Dividendo mínimo obrigatório	(9.041)	(4.971)
Reservas de lucros	(27.123)	(14.916)
Saldo de lucros acumulados	-	-

19 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia	67.116	65.061
Ajuste positivo CCEE	5.760	1.323
	72.876	66.384
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(472)	(434)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.179)	(2.005)
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	(600)	(1.584)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(677)	(605)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(155)	(171)
	(4.083)	(4.799)
Receita operacional líquida	68.793	61.585

20 Custos e despesas operacionais

		31/12/2021		31/12/2020	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
		(3.371)	-	(2.913)	-
		(1.161)	-	(1.026)	-
		(63)	-	(67)	-
		(47)	-	(62)	-
		(4.642)	-	(4.068)	-
Custos gerenciáveis					
		(6.271)	-	(3.899)	-
	17.1	-	-	(582)	-
		13.093	-	-	-
		(4.270)	(3)	(3.420)	(1)
		(78)	(37)	(85)	(16)
		(1.563)	(1.309)	(1.397)	(1.440)
		-	(83)	-	(57)
		(315)	(17)	(404)	(9)
		(1.427)	(1.101)	(916)	(818)
	17.1	(1.617)	-	(1.688)	-
		(213)	-	67	-
		-	(32)	(2)	-
		(25)	(28)	(16)	(13)
		-	-	-	229
		(2.686)	(2.610)	(12.342)	(2.125)
Depreciação e Amortização					
		(12.367)	(154)	(12.285)	(89)
		(12.367)	(154)	(12.285)	(89)
Total					
		(19.695)	(2.764)	(28.695)	(2.214)

21 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.701	1.275
Outros ganhos financeiros	3	1
Total	2.704	1.276
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(7.218)	(7.958)
Variação monetária UBP	(474)	(210)
Variação monetária	(3)	(21)
Outros	(137)	(272)
Total	(7.832)	(8.461)
Resultado financeiro	(5.128)	(7.185)

22 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Suprimento de energia e Ajuste positivo	72.876	72.876	66.384	66.384
	72.876	72.876	66.384	66.384
Presunção de lucro - 8% / 12%	5.830	8.745	5.311	7.966
Receita financeira	2.704	2.704	1.276	1.276
Outras receitas	-	-	229	229
Base de Cálculo IR e CS	8.534	11.449	6.816	9.471
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	2.109	1.030	1.680	852
Outros	-	-	17	8
Total dos tributos correntes	2.109	1.030	1.697	860
LAIR	41.206	41.206	23.491	23.491
Alíquota efetiva	7,62%		10,89%	

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	7	7	28	28	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	2.012	2.012	30.672	30.672	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	51.909	51.909	30.556	30.556	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	6.525	6.525	6.175	6.175	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	8.711	8.711	9.154	9.154	-	Custo amortizado
	69.164	69.164	76.585	76.585		
Passivo						
Fornecedores	1.663	1.663	1.963	1.963	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	85.614	85.614	100.471	100.471	-	Custo amortizado
Uso do bem público	3.258	3.258	2.899	2.899	-	Custo amortizado
	90.535	90.535	105.333	105.333		

O valor justo de contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo como valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público como custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

23.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência..

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros - Continuação

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACR. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos - Continuação

23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros - Continuação

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
CDI	2.012	107	160	214	267	321
Investimentos de curto prazo						
CDI	51.909	2.759	4.138	5.518	6.897	8.277
Títulos e Valores mobiliários						
CDI	6.525	347	520	694	867	1.040

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
BNDES			3,04%	4,56%	6,08%	7,60%	9,12%
TJLP +	3,17%	85.614	5.399	6.742	8.084	9.427	10.769

24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 626 e R\$ 523 no exercício de 2021 e 2020, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.618.112	678	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2022
Total	<u>2.318.112</u>	<u>977</u>	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2